

**A lusofonia no interior da  
África Central na era pré-colonial.  
Um contributo para a sua história e  
compreensão na actualidade**

**Beatrix Heintze**

Frobenius-Institut, Frankfurt am Main, Alemanha

*A difusão da língua portuguesa em Angola, iniciada com a chegada dos portugueses no século XV, está estreitamente ligada ao comércio atlântico de escravos. Os principais impulsos dessa difusão partiram das cidades, feitorias e presídios portuguesas junto à costa e no hinterland. No entanto, atribuir as raízes históricas da actual lusofonia em Angola única e exclusivamente aos portugueses e ao seu domínio colonial, seria incorrer num erro grosseiro e num simplismo inadmissível. Desde o século XVII que um grupo de africanos que adoptou elementos da cultura portuguesa – para além do vestuário, principalmente a língua falada e escrita – teve uma participação decisiva neste processo, não só no hinterland costeiro, mas a partir do início do século XIX também no interior profundo do continente, longe de qualquer influência directa dos portugueses.*

*No interior do continente, este processo terminou após a conferência de Berlim e a criação do Estado Livre do Congo. Nos territórios ocidentais da Angola actual, o processo complexo, protagonizado por portugueses, luso-africanos e alguns africanos, criou no entanto as bases em que assenta a lusofonia posterior.*

*Since the arrival of the Portuguese in the 15th century the spread of the Portuguese language across Angola has primarily been linked with the Atlantic slave trade. The main impulses are regarded as radiating from Portuguese settlements along the coast and in the hinterlands, as well as from their military posts and trading stations. However, it would be too reductionistic to assert that the historical roots of present-day Lusophone culture is of Portuguese provenience only and the product of colonial rule. As early as the 17th century Africans began adopting elements of Portuguese culture – dress certainly, but most importantly the written and spoken language – not only in areas of the coastal hinterland, but beginning in the 19th century also deep in the continent's interior well out of reach of any direct Portuguese influence. This too played a decisive role in the spread of Lusophone culture.*

*In the African interior this process was interrupted after the Berlin Conference and the establishment of the Congo Free State. However, in the western regions this process, propelled and sustained by Portuguese, Luso-Africans and a few Africans, laid the foundations early on for what would later become a flourishing Lusophone culture.*

«Devemos prezar a nossa origem,  
a que estamos ligados como os cachos à planta»<sup>1</sup>

Os navegadores, «descobridores», comerciantes e missionários portugueses chegaram à costa de Angola em finais do século XV. No final do século XVI, encontravam-se estabelecidos na região. Nas décadas e séculos que se seguiram, assistiu-se ao seu lento mas continuado avanço em direcção ao leste, acompanhado de numerosas e violentas campanhas militares. Os seus postos militares, feitorias e estações missionárias constituíram os centros da sua expansão; durante muito tempo, a motivação principal destes empreendimentos foi a procura de metais preciosos e, mais tarde, o comércio atlântico de escravos. Até 1975, Angola, com as suas fronteiras actuais, foi uma colónia portuguesa. Como herança deste longo historial de portugueses em solo angolano, o português manteve-se como língua oficial do estado independente de Angola.

Será que isto foi simplesmente uma consequência lógica da interacção luso-africana que, incontestada, se prolongou por quatrocentos anos? De forma alguma. Aquilo que hoje nos parece inevitável não resultou de um desenvolvimento tão linear como o que é sugerido por uma apreciação superficial e sumária.

Em relação ao *hinterland* costeiro, que desde o início esteve exposto a uma influência portuguesa particularmente intensa, podem constatar-se, neste contexto, duas tendências bastante surpreendentes e, de certo modo, antagónicas: em primeiro lugar, a kimbundização dos portugueses e, em segundo, a criação e divulgação de uma correspondência escrita em português, de cariz diplomático e jurídico, no interior de uma série de sobados angolanos.

Mesmo a suposição, compreensível para quem está de fora, de que a divulgação da língua portuguesa se deveu principalmente ao empenho dos próprios portugueses, não é, de modo algum, exacta em termos gerais e, muito menos em relação às regiões situadas para lá do Kwango, nas quais se centra a minha apresentação. Antes, porém, de me concentrar neste último aspecto, gostaria de abordar resumidamente os outros dois.

---

Este artigo foi escrito originalmente para o Colóquio Internacional do CODESRIA «Lusofonia em África: História, democracia e integração africana» (Luanda, 28-30 de Abril de 2005), no qual não pude participar por motivos de ordem financeira. Agradeço a Marina Santos a tradução portuguesa do texto e a Katja Riek a tradução inglesa do sumário. Todas as citações em língua estrangeira foram discretamente traduzidas para português.

<sup>1</sup> Comentário a um desenho na areia dos Cokwe representando uma bananeira com dois cachos, citado in Mário Fontinha, 1983, *Desenhos na areia dos Quiocos do nordeste de Angola*, Lisboa, n.º 240.

## A kimbundização dos portugueses

Num artigo pioneiro, Jan Vansina<sup>2</sup> mostrou como, nos séculos iniciais, o português se conseguiu estabelecer como *lingua franca* em redor dos centros portugueses, limitando-se contudo a um espaço bastante restrito, devido ao reduzido número e à alta mortalidade dos emigrantes portugueses, à falta de mulheres portuguesas e de escolas. Vansina mostrou igualmente como essa língua foi retrocedendo progressivamente a favor do kimbundu, nomeadamente porque os filhos dos emigrantes portugueses não eram socializados pelos seus pais portugueses, mas sim pelas suas mães africanas que falavam kimbundu. A publicação de um catecismo em kimbundu, no ano de 1620 e a consequente standardização dessa língua, conduziu ao florescimento do kimbundu nos séculos XVII e XVIII, que não só substituiu os diversos dialectos kimbundu, mas, em consequência do comércio de escravos, substituiu também o português como *lingua franca* em muitas regiões e se estabeleceu como língua escrita. Este processo acentuou-se com a expulsão dos jesuítas e com o encerramento das suas escolas no ano de 1760, cujas consequências não se restringiram à língua, e que levou a uma africanização reforçada das elites. As tentativas no sentido de pôr termo ao domínio do kimbundu, através da sua interdição, fracassaram.

Em meados do século XVIII, o governador português António Álvares da Cunha constatava indignado:

«Cauza sim admiração grande ver que esta cidade cheya de Menistros de Deos, Templos, Pregadores, e homens europeus se esquecem os seus abitantes da relegião, da lingoa e dos costumes da nossa nação; porque nada disto exziste, neste mizeravel Povo, os seus costumes são barbaros, a lingoa hé a Inbunda, e a ley a gentilica»<sup>3</sup>.

A mudança para o português só ocorreu a partir de 1823, após o fracasso de uma revolta da elite local e da vinda de uma nova vaga de emigrantes portugueses.

## Os «Arquivos dos Ndembu»

O segundo fenómeno surpreendente, no que respeita à interacção luso-africana, consiste no surgimento de uma cultura escrita de cariz político, sob influência portuguesa, numa série de sobados do *hinterland* costeiro, a partir do século XVII. Embora a correspondência dos reis do Kongo com o rei de Portugal e o Vaticano seja há muito conhecida e faça parte de qualquer historiografia sobre este reino, o facto de se ter

<sup>2</sup> Jan VANSINA, 2001, «Portuguese vs Kimbundu: Language Use in the Colony of Angola (1575 - c. 1845)», *Bulletin des Séances de l'Académie royale des Sciences d'Outre-Mer*, vol. 47, (3), pp. 267-281.

<sup>3</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (AHU), cx. 26, 1754-1756, doc. de 6.12.1754, in Carlos COUTO, 1972, *Os capitães-mores em Angola no século XVIII*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, pp. 65-66, n. 97.

limitado sobretudo ao governante principal impediu, para além do reconhecimento da sua existência como tal, que lhe fossem atribuídas características estruturais próprias<sup>4</sup>. Só com a descoberta de centenas de documentos em diversos sobados angolanos e com a sua publicação parcial, os chamados «arquivos dos Ndembu»<sup>5</sup> cujos documentos mais antigos têm três séculos e meio de existência, ocorreu entretanto uma reapreciação integral que, até agora, foi reconhecida apenas por um círculo restrito de historiadores iniciados, mas que um dia irá inevitavelmente chegar a um público mais vasto.

Num estudo elucidativo sobre estes documentos, Catarina Madeira Santos mostrou<sup>6</sup> como, nestes sobados, o contacto directo com os portugueses, assente em contratos de vassalagem luso-africanos<sup>7</sup> vigentes desde o fim do século XVI deu origem a um processo muito complexo em termos diplomáticos, jurídicos e mais tarde também económicos, de formas de legitimação e comunicação escrita em língua portuguesa, cada vez mais correntes, que com o tempo se foram estendendo às relações entre os próprios sobados. Com a apropriação desta nova técnica de comunicação, usada como símbolo de poder, deu-se também a vulgarização de todo o vocabulário jurídico-político e, necessariamente, a introdução de uma estrutura burocrática. O novo cargo de secretário nestes sobados que, em certas alturas, podia «*constituir uma forma de estatuto de poder à margem das estruturas de parentesco*», desempenhou um papel fundamental neste processo. Encontrá-lo-emos também nas regiões situadas para lá do Kwango. A grande originalidade deste processo inovador resultante das vassalidades reside, segundo Santos, no facto de permitir aos Ndembu vincular o discurso africano da oralidade ao discurso político colonial da palavra escrita, sem abalar os fundamentos da sua organização política interna, aproveitando-se deles como instância de legitimação dinâmica do poder africano<sup>8</sup>.

<sup>4</sup> Ao que sei, a análise esclarecedora de John K. THORNTON (1987, «The Correspondence of the Kongo Kings, 1614-35: Problems of Internal Written Evidence on a Central African Kingdom», *Paideuma*, vol. 33, pp. 407-421) não teve continuidade.

<sup>5</sup> Ver Ana Paula TAVARES & Catarina Madeira SANTOS (eds.), 2002, *Africae monumenta – A apropriação da escrita pelos Africanos. Arquivo Caculo Cachenda*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical; ver também, das mesmas autoras, 2000, «Uma leitura africana das estratégias políticas e jurídicas. Textos dos e para os dembos, Angola c. 1869-1920», in Maria Emília Madeira SANTOS (ed.), *A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885 - c. 1930). III Reunião Internacional de História de África – Actas*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 243-260; e, em relação à divulgação da escrita em Angola, Maria Emília Madeira SANTOS, 1997, «A apropriação da escrita pelos Africanos», *Actas do Seminário Encontro de povos e culturas em Angola*, Luanda, 3 a 6 de Abril de 1995, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 351-359, e Ana Paula TAVARES & Catarina Madeira SANTOS, 1998/1999, «Fontes escritas africanas para a história de Angola», *Fontes & Estudos. Revista do Arquivo Histórico Nacional*, vols. 4-5, pp. 87-133.

<sup>6</sup> Catarina Madeira SANTOS, 2004, «“Escrever o poder”. Os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre os africanos: o caso dos Ndembu em Angola (séculos XVII-XX)», in Beatrix HEINTZE & Achim von OPPEN (eds.), *Angola on the Move: Transport Routes, Communications and History*, www.zmo.de/angola; ver também TAVARES & SANTOS, 2000, *op.cit.*

<sup>7</sup> Relativamente ao contrato de vassalagem angolano, ver Beatrix HEINTZE, 1979, «Der portugiesisch-afrikanische Vasallenvertrag in Angola im 17. Jahrhundert», *Paideuma*, vol. 25, pp. 195-223; *idem*, 1980a, «The Angolan Vassal Tributes of the 17th Century», *Revista de História económica e social*, vol. 6, pp. 57-78; *idem*, 1980b, «Luso-african Feudalism in Angola?», *Revista Portuguesa de História*, vol. 18, pp. 111-131; *idem*, 1996, *Studien zur Geschichte Angolas im 16. und 17. Jahrhundert*, Colónia, Köppe.

<sup>8</sup> SANTOS, 2004, *op.cit.*

## Os intermediários luso-africanos: «Eu sou preto mas com o coração de branco»

---

Exceptuando a chefia de campanhas militares, o contacto diplomático e a actividade missionária os portugueses ou outros europeus raramente foram, durante os primeiros dois séculos da sua permanência em Angola, os actores principais dos avanços em direcção ao interior. Isto não se deveu somente ao seu número relativamente reduzido, mas correspondeu também expressamente à política oficial portuguesa, nomeadamente no que respeita ao comércio de escravos. Por este motivo, todos os regimentos do século XVII, endereçados aos governadores portugueses de Angola, continham uma cláusula que os obrigava a zelar para «*que não uão brancos as feiras que não haja nas feiras homeñs brancos ainda que seya com pretexto de guardar justiça e meter em ordem*», de modo a impedir que houvesse «*grande prejuizo ao bem com ti e ao serviço de Deos e meu*»<sup>9</sup>. Esta proibição não conseguiu impor-se, como se pode verificar pelas suas repetidas edições. Porém, as transgressões geralmente violentas, praticadas com vista à obtenção de escravos, não tiveram provavelmente consequências a nível da divulgação da língua portuguesa.

Por outro lado, os filhos de pais portugueses, nascidos em Angola (os «filhos da terra»), e sobretudo os seus descendentes desempenharam um papel que, com o decorrer do tempo, se foi tornando cada vez mais importante. Em especial, à volta da região populosa de Ambaca, constituiu-se, durante o século XVII e XVIII, uma elite luso-africana independente dos sobados. Tratava-se de um grupo muito heterogéneo e difícil de delimitar, que incluía sobretudo africanos negros (grande parte deles antigos escravos) e «mestiços», mas também alguns brancos. Entre os seus antepassados europeus contavam-se conquistadores, soldados, comerciantes ou degredados portugueses<sup>10</sup>. A sua língua materna era, no geral, o kimbundu, mas eles orgulhavam-se de falar também o português, e muitos deles sabiam ler e escrever. Tinham sido baptizados e consideravam-se cristãos convictos. Como símbolo exterior do seu estatuto elevado, esses luso-africanos usavam sapatos (o que era um privilégio especial) e vestuário europeu. A libertação do serviço de carregador era uma das suas prerrogati-

<sup>9</sup> «Regimento endereçado a Fernão de Sousa», 20.3.1624, in Beatrix HEINTZE (ed.), 1985, *Fontes para a história de Angola do século XVII. I. Memórias, relações e outros manuscritos da Colectânea Documental de Fernão de Sousa (1622-1635)*, Estugarda, Steiner, p. 149. Relativamente ao carácter estereotipado desta cláusula, ver *idem*, 1983, «Probleme bei der Interpretation von Schriftquellen: Die portugiesischen Richtlinien zur Angola-Politik im 17. Jahrhundert als Beispiel», in Rainer VOSSEN & Ulrike CLAUDI (eds.), *Sprache, Geschichte und Kultur in Afrika*, Hamburgo, Buske, pp. 461-480; e *idem*, 1996, *op.cit.* Relativamente ao século XIX, ver David LIVINGSTONE, 1858, *Missionary Travels and Researches in South Africa*, Nova-Iorque, Harper & Brothers, p. 397. Em relação ao longo «bloqueio do Kwango» pelos Mbangala, ver Beatrix HEINTZE, 2004a, *Pioneiros Africanos. Caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*, tradução de Marina Santos, Lisboa e Luanda, Caminho e Nzila, cap. II. 7.

<sup>10</sup> Em 1864, cerca de um terço da população branca de Angola portuguesa era constituído por estes degredados. Jill DIAS, «Angola», in Valentim ALEXANDRE & Jill DIAS (eds.), 1998, *O Império Africano 1825-1890*. Lisboa, Editorial Estampa, p. 438.

vas. Na primeira metade do século XIX, podiam ser encontrados em pequenas colónias espalhadas pelo *hinterland* costeiro, nos sobados e nas feiras. A sua influência nas sociedades africanas «tradicionais» era considerável, tanto a nível económico, como a nível político, uma vez que desempenhavam com frequência as funções de secretários, intérpretes e conselheiros dos sobas em cujos territórios viviam e se casavam com parentes suas. Ocupavam também cargos de chefia não remunerados nas companhias móveis da 2.<sup>a</sup> linha coloniais, o que lhes proporcionava um meio eficaz de exploração das populações africanas. Associavam-se a eles numerosos artífices africanos especializados, como por exemplo alfaiates, sapateiros e carpinteiros. Ambaca que, com as suas regiões circundantes, constituía há muito um ponto-chave para o comércio de escravos, transformou-se então num próspero centro agrícola e artesanal.

No decurso do século XIX, muitos moradores dessa região desenvolveram uma identidade própria, a de Ambaquistas, um conceito que se foi afastando cada vez mais da sua aceção geográfica inicial e assumindo conotações preponderantemente culturais e sociais. Os Ambaquistas ficaram especialmente conhecidos como comerciantes que arriscavam viagens cada vez mais longas rumo ao interior de África. Os escravos constituíam o seu principal meio de ascensão social e forneciam uma oportunidade para a sua emancipação da tutela dos sobas tradicionais. Como investiam os seus lucros principalmente na aquisição de mulheres e crianças, dispunham de um séquito de parentes e dependentes em permanente crescimento, que por sua vez os ajudava a consolidar a sua posição social e económica e a expandir cada vez mais as suas actividades empresariais. Os Ambaquistas tinham os portugueses como modelo e a afinidade cultural e política desempenhava um papel determinante. A cor da pele não constituía para eles um critério decisivo. Por isso, consideravam-se portugueses e «brancos», o que não implicava uma determinada aparência – era raríssimo terem a pele clara –, mas sim características culturais específicas. «*Eu sou preto mas com o coração de branco*»<sup>11</sup> – foi assim que um deles se definiu em determinada altura. Esta definição foi divulgada sobretudo pelos africanos que viviam de modo ainda mais tradicional. José António Alves, o comerciante de escravos oriundo de Pungo Andongo, que falava, lia e escrevia fluentemente o português, era denominado «branco» no Bié e «mulato» em Benguela, embora, segundo Serpa Pinto que o encontrou em 1878, «*a verdade é, que nas suas veias não há uma gota de sangue Europeu, e que elle é preto não só na côr como na ascendencia, e quiçá na alma*»<sup>12</sup>. Para os portugueses brancos (e outros europeus) os Ambaquistas constituíam motivo de desprezo e

<sup>11</sup> Afirmação do carregador Xavier Domingos Paschoal em 1887 numa carta a Henrique Dias de Carvalho. Henrique Augusto Dias de CARVALHO, 1890-1894, *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiãnvua*, Lisboa, Imprensa Nacional, 4 vols., vol. IV, p. 723.

<sup>12</sup> Alexandre Alberto da Rocha Serpa PINTO, 1881, *Como eu atravessei África do Atlantico ao mar indico, viagem de Benguella á contra-costa. Através regiões desconhecidas; determinações geographicas e estudos ethnographicos*, Londres, Sampson Low, 2 vols., vol. I, p. 171; ver também Verney Lovett CAMERON, 1877, *Quer durch Afrika*, Lipsia, Brockhaus, 2 vols., vol. II, p. 50.

irrisão, devido a preconceitos racistas dos primeiros e a alguns traços culturais sincréticos dos segundos, considerados arrogantes e ridículos. Os Ambaquistas, por sua vez, adoptavam os valores dos europeus para se distinguirem dos outros africanos «não civilizados», encarando-os correspondentemente como «selvagens». O prestígio destes Ambaquistas era tão grande, que nos sobados tradicionais surgiram numerosos imitadores seus – frequentemente designados por *quimbari* – que adoptavam os seus costumes e outras características exteriores e gostavam de se identificar como «filhos de Ambaquistas»<sup>13</sup>.

## Os Ambaquistas e a língua portuguesa

Mesmo os observadores mais críticos verificaram nos Ambaquistas um pendor invulgar para a aprendizagem. Com a valorização do português na primeira metade do século XIX<sup>14</sup>, difundiu-se também a consciência da sua utilidade e o desejo de aprender a língua. Como as escolas das missões já estavam encerradas há muito, essa aprendizagem foi feita de modo informal, no contacto directo com os militares e os comerciantes portugueses. Os escravos aprendiam com os seus donos, os filhos com os seus pais, os militares com os seus chefes, os empregados com os seus patrões portugueses ou luso-africanos, por exemplo nas feitorias<sup>15</sup>. Porém, aqui e ali existiam também formas organizadas de ensino. Neste sentido, o tenente de Infantaria de Pungo Andongo, A.C. da Costa Diniz, relata o seguinte em 1847:

«[...] as crianças n'este presidio são dotadas de muito instincto, e têm grande applicação ao que lhes ensinam. Esta verdade se collige pela grande affluencia de crianças que umas mandadas dos seus paes, outras de seu motu proprio frequentam a aula de um pardo

<sup>13</sup> Relativamente aos Ambaquistas, ver Joseph C. MILLER, 1988, *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade 1730-1830*, Londres, James Currey, cap. 8; DIAS, 1998, *op.cit.*, pp. 363-364; idem, 1986, «Changing Patterns of Power in the Luanda Hinterland. The Impact of Trade and Colonisation on the Mbundu ca. 1845-1920», *Paideuma*, vol. 32, pp. 291-295, 298, 303; mas sobretudo idem, 2000, «Esterótipos e realidades sociais. Quem eram os “Ambaquistas”?», in *Construindo o passado angolano: As fontes e a sua interpretação*, Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 597-623; HEINTZE, 2004a, *op.cit.*, caps. I.3 e III.1; Max BUCHNER in Beatrix HEINTZE (ed.), 1999, *Max Buchners Reise nach Zentralafrika 1878-1882. Briefe, Berichte, Studien*, Colónia, Köppe, pp. 177-178. Para uma pequena sinopse, ver também Jean-Luc VELLUT, 1972, «Notes sur le Lunda et la frontière luso-africaine (1700-1900)», *Etudes d'Histoire Africaine*, vol. 3, pp. 95-99.

<sup>14</sup> Ver VANSINA, 2001, *op.cit.*, pp. 276-278; ver também BUCHNER in HEINTZE, 1999, *op.cit.*, p. 178 («O Ambaquista torcia o nariz em relação à sua língua materna, na presença de estranhos»), p. 391 («Os portugueses teriam muito pouca compreensão para com a língua de Ambaca e nunca conseguiriam aprendê-la verdadeiramente»).

<sup>15</sup> Ver, por ex. HEINTZE 2004a, *op.cit.*, cap. II. 3; CARVALHO, 1890-1894, *op.cit.*, vol. I, p. 146; vol. II, p. 626; vol. III, pp. 422, 614; vol. IV, p. 566; idem, 1890a, *Ethnographia e história tradicional dos povos da Lunda*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 674; idem, s.d. [1890], Álbum de fotografias da Expedição Portuguesa ao Muatianvua 1884/88, AMNE (Arquivo do Ministério dos Negocios Estrangeiros, Lisboa), Secretaria de Estado, 3.º P, A. 7, M. 108, n.º 19a e 26c; BUCHNER in HEINTZE, 1999, *op.cit.*, pp. 180-181, 391; CAMERON, 1877, *op.cit.*, vol. II, pp. 113, 165; Joachim John MONTEIRO, 1875, *Angola and the River Congo*, Londres, MacMillan and Co, 2 vols., vol. I, p. 223; PINTO, 1881, *op.cit.*, vol. I, p. 292.

*natural do paiz, de nome Antonio Martins de Sousa, que com todo o zêlo porém nenhuma pratica lhes ensina os erros que pôde aprender; além d'este há outros de igual calibre, que á porta de suas cubatas conservam diariamente uma nuvem de creanças assentadas em troncos e mochos, cantando em algasarra cartas que já sabem de côr; ... estes [ambaquistas] têm entre si a opinião de mais civilizados, tanto que entre se tratam de illustrissimos e senhorias; tratam os pretos dos outros presidios de brutos e com elles não fazem liga»<sup>16</sup>.*

Passados trinta anos, o explorador alemão Paul Pogge conheceu o padre de uma capela de Pungo Andongo, que dava aulas de língua portuguesa, religião, leitura, escrita e aritmética a 30-40 crianças ambaquistas baptizadas<sup>17</sup>.

Uma das maiores ambições dos Ambaquistas era saber ler e escrever. Para alguns, isto reduzia-se à assinatura do nome, mas muitos desempenhavam estas actividades satisfatoriamente ou até muito bem. Num meio analfabeto, isto chamava de tal modo a atenção, que o saber ler e escrever passou a ser a sua marca distintiva<sup>18</sup>. Não havia Ambaquista que fosse encontrado sem tinta, pena e algumas folhas de papel<sup>19</sup>. Contava-se que, mesmo em viagem, liam em voz alta trechos das cartas que levavam, à noite na sua cubata<sup>20</sup>. Nos sítios em que não era possível obter tinta e papel, recorriam a outros materiais, como por exemplo a folha de palmeira (como papel: *ibubulo*) ou de bananeira<sup>21</sup> e, como tinta, a uma mistura de fabrico próprio, feita a partir da casca da cabaça do imbondeiro, ou com base na pólvora para espingardas<sup>22</sup>.

Como exemplo de um Ambaquista com uma formação alargada, referimos aqui João Gonçalves de Azevedo. Vivia em Pungo Andongo, onde em 1875 travou amizade com o botânico e explorador alemão Hermann Soyaux. Era baptizado, falava bem português, aprendera com o seu pai a escrever e a fazer contas e vestia-se à europeia. Fizera expedições comerciais de vários meses ao sul até junto dos Libolo, dos Kisama e dos Mbailundu e também já estivera no interior oriental. Entre os seus livros de cabeceira encontravam-se textos religiosos, gramáticas portuguesas e inglesas, atlas, *Os Lusíadas* de Luís de Camões e o *Kosmos* de Alexander von Humboldt em tradução portuguesa. Isto não impressionava os portugueses estabelecidos no local. Para eles,

<sup>16</sup> «Notícias de alguns dos districtos de que se compõe esta provincia», 1867, *Annaes do Conselho Ultramarino, parte não official*, Lisboa, p. 143.

<sup>17</sup> Paul POGGE, 1880, *Im Reiche des Muata-Jamvo*, Berlin, Reimer, p. 3.

<sup>18</sup> Ver por exemplo Manoel Alves de Castro FRANCINA, 1867, «Itinerario de uma jornada de Loanda ao districto de Ambaca, na provincia de Angola», *Annaes do Conselho Ultramarino, parte não official*, vol. I [1854], Lisboa, 1867, p. 13; CARVALHO, *op.cit.*, 1890-1894, vol. I, p. 566; ver também LIVINGSTONE, 1858, *op.cit.*, p. 405; cf. também pp. 238, 394, 479; MONTEIRO, 1875, *op.cit.*, vol. I, p. 223; vol. II, p. 102; PINTO, 1881, *op.cit.*, vol. I, p. 171.

<sup>19</sup> Ver Hermenegildo CAPELLO & Roberto IVENS, *De Benguella ás terras de Iácca*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, 2 vols., vol. I, p. 40; CARVALHO, 1890-1894, *op.cit.*, vol. I, p. 147.

<sup>20</sup> «Noticias...», 1867, *op.cit.*, p. 143: «ambaquistas, que mesmo no caminho para a cidade, são encontrados nos fundos, assentados no chão com uma caixinha de bordão forrada de papel, cheia de cartas e com uma na mão a lerem em voz alta».

<sup>21</sup> CARVALHO, 1890a, *op.cit.*, p. 215 nota de rodapé 1; FRANCISCO de CASTELBRANCO, *História de Angola...*, Luanda, 1932, p. 299 in TAVARES & SANTOS, 1998/1999, *op.cit.*, p. 92 nota de rodapé 15.

<sup>22</sup> LIVINGSTONE, 1858, *op.cit.*, p. 405; FRANCISCO de CASTELBRANCO, *História de Angola...*, Luanda, 1932, p. 299 in TAVARES & SANTOS, 1998/1999, *op.cit.*, p. 92 nota de rodapé 15.

Azevedo não passava de um negro presunçoso; chegaram mesmo a censurá-lo por se julgar igual aos brancos, só porque, como muitos outros, sabia ler e escrever<sup>23</sup>.

Embora a maioria dos Ambaquistas não atingisse o seu nível, Azevedo não foi, de modo algum, um caso isolado. Na estante do Ambaquista Cypriano de Abreu e Santo, um sargento da 4.<sup>a</sup> Companhia móvel do Distrito de Ambaca, que se estabeleceu no interior, junto ao Kwango, onde Livingstone o encontrou em 1854, encontrava-se um livro sobre medicina, um dicionário de português, uma enciclopédia e alguns folhetos hagiográficos. Alegadamente os Ambaquistas também se interessavam muito pela História de Portugal, pelo direito e pelos costumes portugueses<sup>24</sup>.

Também no *hinterland* de Benguela e no planalto dos Ovimbundu, nomeadamente no Bié, existiram no século XIX colónias luso-africanas com uma cultura luso-africana<sup>25</sup>.

## A divulgação do português no interior do continente

Na África central, o século XIX foi o século das caravanas do comércio a longa distância, que criaram uma rede cada vez mais densa de rotas comerciais, através da qual, os escravos, numa primeira fase, e mais tarde o marfim, a cera e a borracha chegavam ao litoral. Esta rede comercial que, a pouco e pouco, se tornava mais compacta, deu também origem a novos espaços de comunicação estimulados, na segunda metade do século, pelas grandes expedições organizadas por europeus (principalmente por portugueses e alemães). Os principais incentivos para o comércio angolano a longa distância provinham, na altura, dos portugueses do litoral. Era através das suas casas comerciais aí estabelecidas, bem como das suas sucursais e dos seus postos avançados no *hinterland* que os artigos de importação chegavam ao interior. A eles se deveu a expansão explosiva deste tipo de comércio e a sua dinâmica especial. Em termos de organização, os empresários brancos e os seus agentes principais constituíram também o motor deste comércio. Contudo, a maioria dos que, contratados como chefes ou por iniciativa própria, realizavam, de facto, as viagens em caravana nas regiões distantes, eram negros, e sobretudo Ambaquistas que, em conjunto com os *sertanejos* europeus e os Mbangala, se tornaram grandes peritos no comércio de caravanas centro-africano.

Os seus trilhos levaram-nos para leste, atravessando o Kwango, até à região da Lunda e até junto aos Luba, para sudeste até ao Zambeze, para junto dos Lui e dos

<sup>23</sup> Hermann SOYLAUX, 1878, «Nur ein Neger», *Die Gegenwart*, vol. 13, (10), pp. 153-154; idem, *Aus West-Afrika. 1873-1876. Erlebnisse und Beobachtungen*, Lipsia, F.A. Brockhaus, 1879, p. 116.

<sup>24</sup> LIVINGSTONE, 1858, *op.cit.*, pp. 393-395, 479; idem, 1963, *Livingstone's African Journal 1853-1856*, ed. I. Schapera, Londres, Chatto & Windus, 2 vols., vol. I, pp. 125-127, ver também pp. 215, 227.

<sup>25</sup> Ver HEINTZE, 2004a, *op.cit.*, caps. I.3 e III.1 e a bibliografia aí referida.

Kilolo, e para nordeste até junto dos Luluwa e dos Kuba. Paralelamente à Feira de Cassanje, o importante centro de comércio no território dos Mbangala, Quimbundo, situado mais para o interior e dominado por um chefe lunda, constituiu, durante várias décadas, o mais avançado posto comercial português no leste e o principal ponto de confluência de algumas das mais importantes rotas das caravanas<sup>26</sup>. Em 1867, os portugueses desistiram oficialmente da Feira de Cassanje, deixando-a totalmente ao cuidado dos Ambaquistas. A partir de então, a localidade de Malanje, situada mais a ocidente, tomou o seu lugar como posto avançado português para o comércio a longa distância. A cidade tornou-se um ponto de encontro do comércio europeu e luso-africano, atraindo, principalmente nos anos 80, um número cada vez maior de Ambaquistas. Na maioria das vezes, foram estes que – partindo daqui ou de Benguela, nomeadamente do Bié – desbravaram novas rotas, antes que os seus patrões portugueses ou os exploradores europeus os seguissem e as inaugurassem «oficialmente» (ver por exemplo Joannes Bezerra como antecessor de Paul Pogge e Hermann von Wissmann; Lucas Coimbra como antecessor de António Francisco Ferreira Silva Porto).

Os exploradores, a quem devemos as poucas informações que possuímos, deparavam-se, ao longo da viagem, frequentemente com pessoas que falavam português e em quase todas as caravanas havia alguém com conhecimentos mínimos dessa língua<sup>27</sup>. Isto não se limitava, de modo algum, aos Ambaquistas, aplicando-se também, por exemplo, às comitivas do Kongo, que viajavam amiúde pela região dos Lunda e de que Carvalho ainda encontrou alguns participantes<sup>28</sup>.

No entanto, os Ambaquistas não limitaram os seus empreendimentos no interior às viagens comerciais com estadias mais curtas ou mais longas nos locais de etapa ou de destino. Muitos deles também se estabeleceram, durante anos ou décadas, nos chefados africanos. A motivação residia, muitas vezes, em condições comerciais propícias que poderiam levar mais tarde à abertura de uma feitoria. Isto porque, frequentemente, a permanência no local se revelava mais favorável. Caso o negócio florescesse, era possível mandar vir, a pouco e pouco, a família e outros dependentes, a que, com o tempo, se poderiam juntar mulheres e criados, para além de outros comerciantes. A maior e mais importante colónia ambaquista foi fundada em 1862, mantendo-se durante três décadas e meia na Mussumba<sup>29</sup>. Houve uma outra em

<sup>26</sup> Para uma boa visão das rotas mais importantes, ver VELLUT, 1972, *op.cit.*, pp. 101-110, 115-132; ver também Beatrix HEINTZE, 2002, *Afrikanische Pioniere: Trägerkarawanen im westlichen Zentralafrika (ca. 1850-1890)*, Francoforte do Meno, Lembeck, e *idem*, 2004a, *op.cit.*, cap. III.3.

<sup>27</sup> Ver por exemplo CAMERON, 1877, *op.cit.*, vol. II, pp. 50, 113, 121, 165; Paul POGGE, 1883-1885, «Mittheilungen aus Dr. Paul Pogge's Tagebüchern, bearbeitet von Dr. A. von Dankelman», *Mittheilungen der Afrikanischen Gesellschaft in Deutschland*, vol. IV, p. 230; CARVALHO, 1890-1894, *op.cit.*, vol. II, pp. 254, 277, 626, 656; vol. III, pp. 613-614, 831; vol. IV, p. 566.

<sup>28</sup> CARVALHO, *ibidem*, vol. II, p. 614, vol. III, p. 432.

<sup>29</sup> CARVALHO, *ibidem*, vol. I, pp. 145-147; vol. II, p. 838; segundo vol. IV, p. 227 só no ano de 1869, mas acho a data anterior mais provável. 1869 é a data da grande caravana comercial, que Mwant Yav Muteba destinou ao governador português em Luanda. A maior parte das datas mencionadas por Carvalho neste contexto são apenas valores aproximados, uma vez que se baseiam em informações contadas só muitos anos mais tarde.

Cabango, junto ao Muansansa, situada na rota meridional de Quimbundo para Mussumba, onde Livingstone registou, já em 1855, dez a doze cubatas quadradas de Ambaquistas que aí viviam como agentes de comerciantes de Cassanje<sup>30</sup>. As colónias de Ambaquistas, de maiores dimensões no interior, constituíam porém uma excepção. Geralmente os Ambaquistas preferiam estabelecer-se sozinhos ou aos pares, talvez com a sua família e outros agregados, perto de um chefe africano, velando, por uma questão de concorrência, para que não vivessem demasiado perto uns dos outros.

Na segunda metade do século XIX, a residência mais ou menos permanente de Ambaquistas em numerosos sobados entre o Kwango, o Lulua e o alto Zambeze está documentada – isto para não falar das regiões a oeste do Kwango e de Quimbundo – como, por exemplo entre os Shinje, Cokwe, Lunda, Luluwa e Nkonyelu; e, para além dos referidos rios, junto ao Wamba, Kwilo, Chiumbe, Chicapa, Luachimo, Luembe, Cassai, Calanhi e Muanzangoma. Carvalho refere que, no seu tempo, ou seja nos anos 80, não havia muitas aldeias lunda que não se pudessem gabar de ter um desses «portugueses» e que até ao grau de longitude 24, entre o Cassai e o Zambeze, se poderiam encontrar muitos dos chamados «filhos de Ambaca» ou imitadores seus<sup>31</sup>.

Nas suas novas moradas, os Ambaquistas não se dedicavam somente à actividade comercial e a uma agricultura diversificada para sustento próprio, mas também ao ensino da língua e de outras disciplinas, aos seus filhos, aos filhos dos seus sequazes e aos dos seus anfitriões.

O exemplo mais conhecido foi o da já referida colónia ambaquista na Mussumba, residência dos reis lunda (actualmente na República Democrática do Congo). Foi aqui que o seu fundador e dirigente, Lourenço Bezerra Correia Pinto, um Ambaquista oriundo de Golungo, conhecido por Lufuma, deu aulas de língua portuguesa, leitura, escrita e aritmética básica, a que assistiram também alguns jovens que todos os chefes (*quilolo/chilol*) eram obrigados a oferecer ao Mwant Yav, como servos. Em 1887, Carvalho ainda encontrou junto ao Calanhi, três indivíduos lunda que sabiam falar e escrever o português. Tinham sido alunos de Lourenço Bezerra<sup>32</sup>.

Na região dos Shinje, para lá do Kwango, o Ambaquista Garcia Fragoso dos Santos, oriundo de Malanje, tinha, entre outras coisas, ensinado os filhos da chefe

<sup>30</sup> LIVINGSTONE, 1858, *op.cit.*, p. 493.

<sup>31</sup> Henrique Augusto Dias de CARVALHO, 1890b, *A Lunda ou os Estados do Muatiânvua, domínios da soberania de Portugal*, Lisboa, Adolpho, Modesto & Ca., pp. 19-20; relativamente à expansão dos Ambaquistas, ver HEINTZE, 2004a, *op.cit.*, caps. II.1, II.5, II.6, III.1; e também BUCHNER in HEINTZE, 1999, *op.cit.*, pp. 279, 280, 290; CARVALHO, 1890-1894, *op.cit.*, vol. I, p. 481; vol. II, pp. 8, 92, 110, 114, 192, 249, 292, 307, 418-419; vol. III, pp. 97, 529, 557, 644, 649, 736, 831, 896; idem, 1890a, pp. 102, 104, 483; LIVINGSTONE, 1858, *op.cit.*, pp. 478; 1963, *op.cit.*, vol. I, p. 227.

<sup>32</sup> CARVALHO 1890a, *op.cit.*, p. 260; ver também idem, 1890-1894, *op.cit.*, vol. III, p. 913; vol. IV, pp. 201, 208, 228-229; HEINTZE, 2002, *op.cit.*, idem, 2004a, *op.cit.*, idem, 2004b, «Between Two Worlds: The Bezerras, a Luso-African Family in Western Central Africa (19th Century)», Paper presented at the Charles Boxer Centenary Conference *Creole Societies in the Portuguese and Dutch Colonial Empires*, King's College, Londres, 9 de Setembro de 2004.

feminina Mona Samba Mahango a ler e escrever o português e os rudimentos da aritmética<sup>33</sup>.

Até no longínquo Lubuco, junto ao Lulua, os Ambaquistas que aí se tinham estabelecido desde 1871 ensinaram aos seus filhos e aos das populações locais a língua portuguesa, a escrita e a aritmética<sup>34</sup>. A procura era grande, uma vez que os povos reconheciam as vantagens que a capacidade de expressão nesta *lingua franca* representava para as suas transacções comerciais e estavam conscientes de que com a aprendizagem da leitura e da escrita «já não seremos enganados com os recados»<sup>35</sup>.

## O uso do português

É difícil de determinar, pelas fontes existentes, a extensão e o grau alcançados pela divulgação do domínio da língua portuguesa no século XIX nas regiões para lá do Kwango.

Enquanto que, em meados do século, Livingstone ainda refere por diversas vezes que os Ambaquistas, com quem se encontrou pelo caminho, não só falavam todos português, mas muitos deles também sabiam ler e escrever essa língua<sup>36</sup>, segundo Buchner, 25 anos mais tarde isso só acontecia excepcionalmente<sup>37</sup>. Mas, embora alguns exploradores salientem que, mesmo os intérpretes falavam apenas uma algarvia horrorosa ou um português corrompido<sup>38</sup>, a verdade é que encontravam constantemente luso-africanos ou africanos que dominavam bem ou até muito bem a língua portuguesa<sup>39</sup>. Buchner que só aprendeu o português em solo angolano, mas que tinha um interesse particular pelas línguas e pela linguística, louvou expressamente os portugueses «por eles ensinarem aos negros o português de forma correcta, [...] muitos

<sup>33</sup> CARVALHO 1890-1894, *op.cit.*, vol. II, p. 8.

<sup>34</sup> *Ibidem*, vol. III, p. 648.

<sup>35</sup> *Ibidem*, vol. I, p. 421.

<sup>36</sup> LIVINGSTONE, 1858, *op.cit.*, pp. 238, 394, ver também p. 405; *idem*, 1963, *op.cit.*, vol. I, pp. 126, 215, 227. Relativamente aos territórios ocidentais ver MONTEIRO, 1875, *op.cit.*, vol. I, p. 104 (no litoral), ver também p. 223, vol. II, p. 102; CARVALHO, 1890-1894, *op.cit.*, vol. I, p. 86 (os seus carregadores de Luanda falam todos «mais ou menos português»), p. 144 (alguns sobas do concelho de Ambaca: «mais ou menos se faziam perceber em português»), p. 445 (os herdeiros de Andala Quisua: «melhor ou peor percebem o português»).

<sup>37</sup> BUCHNER in HEINTZE, 1999, *op.cit.*, pp. 157, 178.

<sup>38</sup> Ver por exemplo *ibidem*, pp. 95, 177-178, 181; CARVALHO, 1890a, *op.cit.*, p. v; ver também *idem*, 1890-1894, *op.cit.*, vol. I, p. 146; vol. III, p. 422; cf. também p. 523; Anton Erwin LUX, 1881, *Von Loanda nach Kimbundu. Ergebnisse der Forschungsreise im äquatorialen West-Afrika (1875-1876)*, Viena, Eduard Hölzel, p. 100; Otto H. SCHÜTT, 1881, *Reisen im südwestlichen Becken des Congo. Nach den Tagebüchern und Aufzeichnungen des Reisenden*, editado e trabalhado por Paul Lindenbergh, Berlim, Reimer, p. 3.

<sup>39</sup> Ver por exemplo «Noticias...», 1867, *op.cit.*, p. 145; BUCHNER in HEINTZE, 1999, *op.cit.* p. 180; PINTO, 1881, *op.cit.*, vol. I, p. 292; CARVALHO, 1890-1894, *op.cit.*, vol. II, pp. 114, 254, 626; vol. IV, pp. 201, 208, 566, 723, 803; *idem*, 1890a, *op.cit.*, p. 499; Hermann von WISSMANN, 1892, *Unter deutscher Flagge quer durch Afrika von West nach Ost*, Berlim, Walther & Apolants Verlagsbuchhandlung, p. 42; Hermann von WISSMANN, Ludwig WOLF, Curt von FRANÇOIS e Hans MÜLLER, 1891, *Im Innern Afrikas. Die Erforschung des Kassai während der Jahre 1883, 1884 und 1885*, Lúpsia, F.A. Brockhaus, p. 205.

*negros em Angola, antigos escravos que tinham cargos remunerados como cozinheiros ou secretários, falavam português quase sem erros*»<sup>40</sup>.

Contudo, entre si, até mesmo os Ambaquistas continuavam a falar a sua língua materna ou uma *língua franca* africana, o que no contexto ambaquista, significava geralmente o kimbundu. Diz-se, no entanto, que gostavam de condimentar a sua conversa com palavras portuguesas que kimbundizavam através do uso de prefixos ou de associações invulgares de palavras. Assim definiam, por exemplo, o objectivo das expedições de pesquisa alemãs como «*passaala ngo*» (do português *passar* com o termo kimbundu *ngo* que significa «apenas»)<sup>41</sup>. Enquanto os portugueses tratavam os Ambaquistas depreciativamente por «Vossé»<sup>42</sup>, estes gostavam de usar entre eles, particularmente na correspondência escrita, elaboradas formas de tratamento cortês, como por exemplo «Ilustrissimo Senhor» para fazer uma encomenda ao pequeno negociante de uma venda de aldeia<sup>43</sup>. Em especial para impressionar os seus contemporâneos menos letrados, esforçavam-se por falar numa linguagem rebuscada, mostravam predilecção pelo uso de expressões idiomáticas e gostavam de asseverar que estavam «no serviço da Sua Magestade»<sup>44</sup>.

*«Nas suas conversas, as ligações, muitas interjeições ou melhor as partes variáveis da oração eram sempre feitas em portuguez [...], por exemplo – ora agora, pois então, por consequencia, oh homem! por isso, mas então etc. E o que ainda mais me impressionou, é o sacco geral que se dá até com os de Malanje. Levanta-se uma questão entre elles sustentada na sua lingua; pois os vituperios, os insultos, as palavras enfim que querem dirigir com mais offensivas ao seu contendor, tudo é dito em portuguez intelligivel, e segue a conversa na lingua d’elles»*<sup>45</sup>.

Também criaram neologismos, como presumivelmente «mudancia» para aldeia africana abandonada<sup>46</sup>. Através das suas extensas viagens com estadias mais longas ou mais curtas nos locais de destino, os Ambaquistas difundiram muito disto pelo interior profundo do continente, até junto dos Luluwa<sup>47</sup>. Com os objectos introduzidos pelos Ambaquistas chegaram também as suas designações, tais como os grandes panos de algodão, tecidos por eles e chamados *lessole* (do portug. *lençol*) e diversos tipos de *bilinco* (do portug. *brinco*)<sup>48</sup>.

Uma especial influência portuguesa foi a que se verificou graças aos Ambaquistas que viviam como conselheiros ou secretários na residência de chefes africanos do interior e que muitas vezes eram casados com filhas destes ou outras parentes próxi-

<sup>40</sup> BUCHNER in HEINTZE, 1999, *op.cit.*, p. 391.

<sup>41</sup> BUCHNER in HEINTZE, *ibidem*, p. 392; ver também CARVALHO, 1890-1894, *op.cit.*, vol. I, pp. 349, 491; vol. III, p. 648.

<sup>42</sup> BUCHNER in Heintze, *ibidem*, p. 391.

<sup>43</sup> LIVINGSTONE, 1858, *op.cit.*, p. 405.

<sup>44</sup> BUCHNER in Heintze, 1999, *op.cit.*, pp. 95, 280, 391.

<sup>45</sup> CARVALHO, 1890a, *op.cit.*, p. 134.

<sup>46</sup> BUCHNER in HEINTZE, 1999, *op.cit.*, p. 266.

<sup>47</sup> CARVALHO, 1890-1894, *op.cit.*, vol. I, p. 261; vol. III, p. 648; *idem*, 1890a, *op.cit.*, pp. 102, 722.

<sup>48</sup> CARVALHO, 1890a, *op.cit.*, pp. 328-329, 349.

mas. Era possível encontrá-los junto dos Shinje (por exemplo junto de Mona Samba Mahango e Capenda-ca-Mulemba), dos Cokwe (por exemplo junto de Quipoco e Quissengue), dos Luluwa (por exemplo junto de Muquengue) e também dos Lunda (em Tenga e sobretudo na Mussumba). Tal como junto dos Ndembu, uma das suas importantes tarefas consistia em escrever cartas em português para o seu anfitrião<sup>49</sup>. Consequentemente, foram também eles os mais importantes intermediários na correspondência escrita entre os chefes angolanos e as autoridades coloniais portuguesas. O grande valor por eles atribuído a esta forma de comunicação e a sua própria mobilidade levaram a que esta troca de missivas diplomáticas escritas fosse adoptada, mesmo em regiões sem qualquer presença portuguesa, por alguns chefes políticos, como símbolo do seu estatuto especial. Estes testemunhos textuais são quase completamente desconhecidos e só graças ao interesse de Henrique Dias de Carvalho é que está documentada uma dúzia de cartas, entre as quais se encontra infelizmente apenas uma única proveniente do interior de África, em que um africano se dirige a outro<sup>50</sup>. O seu reduzido número não permite generalizações, mas dá uma ideia da grande amplitude do domínio da língua e das formas de expressão. A carta de um dos carregadores de Carvalho (ver adiante, carta 12) é especialmente tocante.

A nível linguístico, salienta-se sobretudo o uso indiscriminado do r e do l, habitual nas línguas bantu (vortar = voltar, porvora = pólvora, a loba = arroba, majolo = major, rá = lá, farar = falar, ribertos = libertos, revar = levar) e uma ocasional vocalização de palavras portuguesas (o ourobo, opois, majolo).

Estão presentes algumas expressões correntes de origem africana (soba, banza, moleca, muleque, mussapo, binji, anganzambi) e outras de uso generalizado no contexto das viagens comerciais a longa distância (importância, fundo).

Especialmente gostosa é a interpelação do presumível incumbente oficial de Carvalho como «Senhora Rei de Sua Magestade» por parte da chefe shinje, uma mulher. Também não falta originalidade à maneira como é parafraseada a máquina fotográfica da expedição.

Em termos de conteúdo, as cartas tanto se referem a casos banais da actualidade relacionados com a viagem de Carvalho, como à alta política.

Em relação aos destinatários portugueses, denotam uma certa submissão – que não surpreende, tendo em conta a História luso-angolana – com exageradas manifestações de cortesia («*mil vezes muito obrigadissimo*»; «*mais perfeitissima saude e ventura*»; «*humildemente*»; «*veneradora*»; «*seu alto venerador creado*») e contêm afirmações claras de pertença à nação portuguesa («*como subordinado portuguez*»; «*já pertencente do*

<sup>49</sup> Ver HEINTZE, 2002, *op.cit.*, e 2004a, *op.cit.*, sobretudo caps. II.1, II.5, III.1. Ver também CARVALHO, 1890-1894, *op.cit.*, vol. I, pp. 344, 528-530; vol. II, p. 419; vol. III, pp. 411, 523-524, 529, 557, 831; idem, 1890a, *op.cit.*, pp. 590, 628; (Paul GIEROW), 1881-1883, «Die Schütt'sche Expedition. Bericht des Mitgliedes der Expedition, Herrn Paul Gierow», *Mittheilungen der Afrikanischen Gesellschaft in Deutschland*, vol. III, p. 105; CAPELO e IVENS, 1881, *op.cit.*, vol. I, pp. 39-40, 175-176.

<sup>50</sup> Ver adiante, Carta 10.

*mesmo Rei»; «Muene Puto nosso amo», «protector e senhor de todas estas terras»; «eu sou preto mas com o coração de branco»; «não se esqueça de me dar uma bandeira do nosso Rei para a cubata») e de tomada de partido («alguns sobas ... como os conheço, querem enganar a V. »; «acho desnecessario fazer semelhante offerta [aos Mbangala], visto V. não tencio-nar passar nas terras de Cassanje»). Porém, o medo aos portugueses também transparece numa das cartas, em que um soba justifica a sua fuga (ver adiante, carta 7).*

Quando comparada com a missiva que um «grande potentado» endereçou àquele que, segundo todos os indícios, seria o seu futuro Mwant Yav, esta carta testemunha todavia uma postura ainda mais submissa («que todos sômos seus escravos»; contudo refere também «o nosso Muatiânvua, pae» e «meu Muatiânvua»). É, na verdade, uma pena que não exista mais documentação sobre esta correspondência entre os africanos das regiões além Kwango.

Há que salientar em especial a referência a relações de parentesco (em parte fictícias) com objectivos políticos nestas cartas («como parente do mesmo Rei do Muatahiamvo»; «meu parente Xa Madiamba», cf. também noutro sentido: «nosso Muatiânvua, pae»; e provavelmente sem objectivos políticos: «barrigão de Muana Mahango»)<sup>51</sup>. Há que reter também o facto de os incumbentes africanos das cartas, e não apenas os mais poderosos, se expressarem com grande autoconfiança, dando assim a entender ao destinatário, com maior ou menor subtileza, a sua posição política e (pelo menos) a equivalência da sua condição social («sou pessoa de considerar»; «Sua Magestade Quissengue»; «eu aqui no sitio sô superior de todos os potentados»; «Rei Mahoca») e não se coíbem de expressar abertamente o desejo de receber um presente, sendo que as armas de fogo constituíam o artigo mais cobiçado.

## Conclusão

Tal como noutros locais, a difusão e o uso da língua portuguesa não constituíram um fenómeno isolado no interior do continente africano, assentando sim num contexto extremamente complexo. Integravam-se num vasto intercâmbio, em que os artigos de comércio importados e exportados estavam em primeiro plano, mas que, na realidade, era muito mais abrangente e que incentivou múltiplos processos de apropriação e inovação. Graças sobretudo aos Ambaquistas, o kimbundu foi também difundido, paralelamente ao português, mas, ao mesmo tempo, as transformações por eles desencadeadas levaram a que a língua luba se transformasse numa nova *lin-*

<sup>51</sup> Relativamente a afirmações de parentesco num contexto político, ver HEINTZE, 2002, *op.cit.*, e 2004a, *op.cit.*, caps. III.5; *idem*, 2003, «Orale Traditionen als Mittel zentralafrikanischer Tagespolitik im 19. Jahrhundert», Intervenção no workshop *Inszenierung von Geschichte*, Francoforte do Meno, manuscrito; *idem*, «Long-distance Caravans and Communications beyond the Kwango (c. 1850-1890)», in Beatrix HEINTZE e Achim VON OPPEN (eds.), 2004c, *Angola on the Move: Transport Routes, Communications, and History*, www.zmo.de/angola.

*gua franca* em toda a região do Cassai. Os Ambaquistas trouxeram também muitos outros artefactos, capacidades e conhecimentos. A leste do Kwango, juntaram-se a estes «extras» do intercâmbio de culturas, sobretudo plantas de cultivo (por exemplo arroz, tomates e cebolas), ofícios e outras artes (por exemplo a de alfaiate e a da leitura e da escrita), artefactos religiosos e profanos, nomeadamente a divulgação das suas formas básicas (por exemplo casacos, sapatos, poltronas, crucifixos, tambores para a divulgação de notícias, poções mágicas), mas também enfermidades (o vírus da varíola), parasitas (bitacaias) e espíritos de possessão. Os contactos que se multiplicaram no século XIX fomentaram a comunicação, intensificando assim este intercâmbio.

O comércio distante com os Chilangue (Luluwa), inaugurado nos anos de 1870 pelos Cokwe e pelos Ambaquistas, conduziu a mudanças profundas no seio das suas comunidades. Os chefes tradicionais haviam sido substituídos por novos dirigentes políticos com orientação comercial, portadores dos respectivos títulos, insígnias e símbolos de poder e a residência de Calamba Muquengue, transformara-se no mais importante centro de comércio e de poder; a isto acresceram inovações a nível das estruturas políticas e sociais, bem como da cultura material, uma reorganização do sistema tributário segundo o modelo lunda, novas plantas, a introdução e adaptação de artigos europeus, dos quais as armas de fogo eram particularmente cobiçadas, e também a introdução do gado bovino, sobretudo como sinal de prestígio, e um novo estilo de construção. Diversas instituições e leis antigas foram abolidas, o que proporcionou sobretudo aos mais jovens, uma maior margem de manobra em relação aos seus parentes, no que respeitava à construção das suas vidas segundo os seus ideais. A população que até então se identificava apenas pelo uso do nome dos respectivos clãs, passou a ser reunida sob a designação de Luluwa que lhe foi atribuída pelos comerciantes angolanos<sup>52</sup>.

Embora, como foi demonstrado, não se possa falar de lusofonia, nem aqui, nem noutras regiões para além do Kwango, a verdade é que a divulgação da língua portuguesa não se limitou, decerto, à introdução de alguns vocábulos e de uma nova técnica de comunicação. Os Ambaquistas residentes nos chefados africanos funcionaram também como intermediários transculturais, contribuindo, pelo menos de modo parcial e esporádico, para o reconhecimento de uma aproximação (já que a igualdade estava fora de questão) diplomática, económica e política entre portugueses e africanos. A língua é, como constatou Wilhelm Humboldt, expressão da diversidade do pensamento. Cada uma delas é também «uma forma de ver o mundo»<sup>53</sup>. As nossas fontes não nos permitem avaliar o alcance desta outra visão do mundo, difundida

<sup>52</sup> Ntambwe LUADIA-LUADIA, 1974, «Les Luluwa et le commerce luso-africaine (1870-1895)», *Etudes d'Histoire africaine*, vol. 6, pp. 92-104; ver também CARVALHO, 1890-1894, *op.cit.*, vol. II, p. 261; vol. III, pp. 647-648; *idem*, 1890a, *op.cit.*, pp. 102, 702; BUCHNER in HEINTZE, 1999, *op.cit.*, p. 523; LIVINGSTONE, 1858, *op.cit.*, pp. 478-479.

<sup>53</sup> Citado in Jutta LIMBACH, 2005, «Ich liebe unsere Sprache. Englisch ist ein Muß, Deutsch ist ein Plus: Plädoyer für eine aktive Sprachpolitik – in Innern wie im Ausland», *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 8.2.2005.

através do português, no interior do continente africano. O certo é que, com a fundação do Estado Livre do Kongo, e a conferência de Berlim, essa influência começou a enfraquecer no território da futura colónia belga e, mais tarde, com as fronteiras estabelecidas, foi quase completamente cortada. Contudo, na segunda metade do século XX, ainda vivia, junto ao Cassai, um grupo de cerca de 1500 pessoas que se denominavam Akwambaka, mas que haviam sido baptizados, pelos Cokwe, de «*cimbadi cia Put*», o que pode ser traduzido por «*celui que connaît la langue Portugaise*» (aquele que conhece a língua portuguesa)<sup>54</sup>.

Nos territórios ocidentais da Angola actual, este processo complexo, protagonizado por portugueses, luso-africanos e alguns africanos, criou no entanto as bases em que assenta a lusofonia posterior.

## 12 cartas de Ambaquistas ou de discípulos seus

---

### 1) Carta do «negociante africano» Narciso António Paschoal a Henrique Dias de Carvalho, de 18.7.1884 (CARVALHO, 1890-1894, op.cit., vol. I, pp. 346-347).

«... Sr. – Presente da estimada carta de v., datada de hoje; vou em primeiro lugar agradecer os seus cumprimentos que retribuo, desejando-lhe a continuação da sua saúde; eu continuo encommoado, sendo este o motivo de ainda não poder dar ahi uma chegada.

Aos seus criados dei o recado para se dirigirem aos sobas a fim de arranjam os carregadores; eu já providenciei para me trazerem todos que podessem ajuntar; mais ainda não me appareceram e apenas pude agora arranjar o homem portador d'esta, para contratar com V. a fim de seguir com elle na sua missão, este homem esteve muitos annos em Loanda, e tem bastante pratica da gente e costumes do sertão.

Quando despachar os portadores para Cassanje devem elles passar aqui para receberem a carta para o chefe de Cassanje, assim como recommendar ao pessoal a maneira por que devem entrar naquelle concelho.

O homem que remetto tem conhecimento com os sobas que, como do costume abonam os carregadores; por isso com grande facilidade pode ir engajando os carregadores, dirigindo-se aos sobas.

De V., etc. Angingi Acabari, 18 de julho de 1884. – ...Sr. major Henrique de Carvalho. = Narciso Antonio Paschoal».

<sup>54</sup> LUADIA-LUADIA, 1974, op.cit., p. 61.

**2) Carta do «negociante africano» Narciso António Paschoal a Henrique Dias de Carvalho, de 20.7.1884 (CARVALHO, *ibidem*, vol. I, p. 347)**

«... Sr. – É portador d'esta o seu criado que tinha vindo ao engaje de carregadores que não pôde obter nessa, disse-me que alguns sobas pediam que lhes adiantasse alguma vestimenta, mas é uma desculpa simples, e como os conheço, querem enganar a V., porque sei que alguns sobas estão comprometidos com carregadores para diversos negociantes.

O homem que eu mandei no outro dia para guia de V., passou aqui hontem tendo-lhe recommendado para hoje seguir para o Sanza, a fim de engajar os carregadores que lhe foram recommendados por V., e vendo a vontade da parte d'elle, creio que o ha de conseguir muito breve.

Sube do mesmo homem que V. tencionava mandar uma offerta ao jaga de Cassanje por uns Caquatas<sup>55</sup> que me consta estarem ahi no concelho os quaes já estão naturalizados Bângalas, por terem gasto todas as importancias<sup>56</sup> que traziam do Muatiãnvua a seus negócios, não podendo por este motivo voltarem para a Lunda, e cresce mais que elles não podiam entregar pessoalmente a offerta para o jaga, por não se corresponderem com o referido jaga de Cassanje, e mesmo acho desnecessario fazer similhante offerta, visto V. não tencionar passar nas terras de Cassanje.

Eu acho-me um pouco melhor mas muito fraco; tenciono fazer uma visita a V. mesmo para fallarmos sobre certos assumptos da sua missão.

Desejo que continue de perfeita saude, e sou com estima e consideração.

De V., etc. Angingi Acabari, 20 de julho de 1884. – ... Sr. major Henrique de Carvalho. = Narciso Antonio Paschoal».

**3) Carta do Soba Andala Quissúa Andombo ao ajudante da expedição de Henrique Dias de Carvalho, Manoel Sertorio de Almeida Aguiar, de 29.8.1884 (CARVALHO, *ibidem*, vol. I, p. 349).**

«Il.<sup>mo</sup> Sr. – Recebi a honrada carta de V. S.<sup>a</sup> com data de 20 do corrente, que acompanhou uma peça de chita, um barril de polvora, e (3) tres botijas de agua ardente, que por sua generosidade mandou-me offerecer, e mil vezes muito obrigadissimo Fico certo da chegada de V. neste sitio, de meu filho Ndala Quinguangua, assim o trabalho que tem ahi de mandar fazer a pousada (fundo), para qualquer negociador que por ahi transitar, conforme as ordens de Sua Magestade Fidelissima, a quem Deus guarde, e estimarei que cumpra os ditas ordens, para

<sup>55</sup> Trata-se de Toca Muvumo e alguns outros *caquata*, que o Mwant Yav Noéji Ambumba enviara, em 1882, para Luanda, para o governador português, com cinquenta presas de elefante, uma «aná», duzentos escravos, borraça e um leopardo vivo, que, no entanto, tinham sido retidos pelos Mbangala junto ao Kwango. Em Julho de 1884 chegaram a Malanje, onde encontraram Carvalho ocupado com os preparativos da sua expedição. Relativamente a esta missão lunda, ver HEINTZE, 2002, *op.cit.*, e 2004a, *op.cit.*, cap. II.7.

<sup>56</sup> Conjunto de artigos de comércio que um negociante levava na sua viagem. Cf. também BUCHNER in HEINTZE, 1999, *op.cit.*, pp. 329-330.

*ganhar a victoria. Depois de concluir o trabalho de ahi, aqui m'achará ás ordens, para escolher o sitio que quizer, para fazer outra casa como aquella. A respeito dos carregadores, até quando chegar aqui o ... Sr. major, que diz ter ficado em Malanje, e por consequencias V. S.<sup>a</sup> pode fallar a meus filhos, que estão vizinhos com o dito Andala Quinguangua, para ver se arranjam ahi alguns carregadores para irem em Malanje. Estimei as medidas que Sua Magestade Fidelissima tomou, de mandar a Expedição portugueza para o Matianvo.*

*Chegando aqui V. e o ... Sr. major, poderão fallar bem com os carregadores que quizerem ganhar, para levarem as cargas.*

*Concluo, desejando a V. S.<sup>a</sup> a mais perfeitissima saude e ventura, e eu fico de saude, e assentado em um logar por causa da minha idade avançada, e sou por ser com respeito*

*De. V. S.<sup>a</sup> seu subdito muito obrigado e criado. Banza, 28 de julho de 1884. – ... Sr. tenente ajudante Aguiar. – Sobba, Ndala Quissua Ndombo.*

*P.S. – Sciente do bom tratamento que lhe está fazendo o meu subordinado filho Ndala Quinguangua, conforme V. mandou-me dizer na sua estimada carta, e muito estimarei que elle continue, como subordinado portuguez».*

#### **4) Carta do secretário ambaquista do soba Cuigana Mogongo ao ajudante da expedição de Henrique Dias de Carvalho, Manoel Sertorio de Almeida Aguiar, de 29.8.1884 (CARVALHO, *ibidem*, vol. I, p. 344)**

*«Ill.<sup>mo</sup> sr. Tenente. – Em primeiro desculpa sem saber o honrado nome de V. S.<sup>a</sup> e peço perdão a V. S.<sup>a</sup> por parte de Deus Nosso Senhor, a confiança de lhe dirigir similhante esta; e como minha necessidade tão me exige por isso humildemente dirigio-lhe esta; Estou informado de varios meus patricios d'aqui, em como V. S.<sup>a</sup> tem a Gullha<sup>57</sup> de olhar para uma pessoa que está muito distante de 4 leguas e pode ser conduzido por um emzollo<sup>58</sup> e por este motivo quero ver tambem com meus olhos; e para o que no caso de ser assim, rogo a sua bondade comparecer nesta minha Banza, resposabilizo da jornada do meu senhor 50:000 que são duas vaccas e um garrote que é o nosso dinheiro d'aqui. – Deus guarde a V. S.<sup>a</sup> Canbonbo, 29 de agosto de 1884. = Soba, Cuigana Mogongo».*

[Comentário de Carvalho na p. 345: «Quer V. Ex.<sup>a</sup> saber do que se trato [sic]? Pede o homem ao meu ajudante para ir á sua residencia com a machina photographica tirar-lhe o retrato, resposabilizando-se elle pelas despesas da viagem»].

<sup>57</sup> «Agulha» como sinónimo de aparelho, instrumento?

<sup>58</sup> Pode tratar-se de uma vocalização de «anzol», reportando-se, em sentido figurado, ao fio do disparador, ou de «anzolo» (bracelete), referindo-se, também em sentido figurado, à lente ou objectiva da máquina fotografica.

**5) Carta da chefe shinje Mona Samba Mahango e de seu filho Mona Candala a Henrique Dias de Carvalho, s.d. [1884] (Carvalho, ibidem, vol. I, pp. 528-529)**

«Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Major. – Recebi pelo seu portador José, uma peça de chita, uma dita de riscado, um barril de porvora que me mandou, mas isto por lhe informar das ordens que eu publiquei pois, tenho a dizer ao sr. major, que ordenei que publiquei não é porque desgostei com viagem que a sua Senhora Rei de Sua Magestade lhe encarrega marchar e porque a chigada do sr. Capitão não o tratei mal, nem elle, mas havia começo de aver desculpas do roubo, por parte da minha gente e como vi que ha muita gente com cargas é por isso, dei ordem da minha gente a não ir no acampamento porque no muita confusão é por onde tem havido do roubo e não para não os vender de comer como falei-lhes vieçe na senzalla a comprar; como levam moneas ao sr. major opois vortam os objectos porque não tem crime para o sr. major pagar-me espero coisas de offertas, como parente do mesmo Rei do Muatahiamvo, pois o sr. Capitão não quer que o povo d’elle que vieçe na senzalla, o quer é minha gente ir no acampamento e eu não quero para logo aver dezorde e para invitar as consequencias faço o meu asogue para todos e compram ahi, a loba de povora<sup>59</sup> avinha sem ser cheia por isso lhe faço ver para não desculpar com meu portador.

Sou de V. Ex.<sup>a</sup>, veneradora, Muana Mahango e Mona Candalla, seu d’elle».

**6) Carta de Mona Quienza, marido da chefe shinje Mona Samba Mahango, a Henrique Dias de Carvalho, s.d. [1884] (Carvalho, ibidem, vol. I, p. 529).**

«Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Major Henrique de Carvalho. – Recebi a sua carta em resposta á minha, onde se dignou dizer que estava passando mal de saude e vai já bem.

Eu lhe fiz vortar o mimo que me mandou, como ontem já lhe fiz ver, mas como era de mimo eu recebeu, que isto não ha mais nada.

Melhor era que chegaçe nesta sua digna Banza que a vista faz fé, mesmo eu que sou amazio della não estive incaza ontem e que cheguei encontrei já estas borradas o que meu major estranha; nós agradecemos d’esta sua viagem ninguem ambiciona visto estar segundo ao nosso Rei, depois que me trata bem em razão de ser já pertencente do mesmo Rei lhe pareço agradecer, nós tudo o mesmo, e os portadores entregar o mimo e fico-lhe muito obrigado. Sem mais desejo-lhe saude, venha depressa cá o espero que a caza está ás suas ordens.

Sou de V. Ex.<sup>a</sup>, Mona Quienza, barrigão de Muana Mahango».

<sup>59</sup> «Arroba de pólvora».

**7) Carta do Soba Cáhia Cassáxi, sobeta subordinado ao soba Ambango, perto do Lui, a Henrique Dias de Carvalho, de 31.12.1884 (Carvalho, *ibidem*, vol. I, pp. 529-530).**

«Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Majolo. – No dia 29 apareceram os meus filhos que eu redava como serventes de revar a sua carga, os porgundei que os faria vir, me contou o seu irmão Quipago foi prezo por isso nos fugimos, como não roubamos nada e sim nada pois viemos.

Eu como sou pessoa de considerar mandei vortar meus filhos houtro atraz hoje que vão no manto do nome Caira, eu vou rá por 8 dias o 9 dia rá me tem eu ir farar meus filhos, Banza, 31 de dezembro de 1884. – De V. S.<sup>a</sup> seu alto venerador creado, amigo. = Soba, Caia de Cassaxi.»

**8) Ofício de Quissengue, o mais poderoso potentado cokwe entre os rios Kwango e Cassai<sup>60</sup>, a Henrique Dias de Carvalho, de 18.5.1886 (CARVALHO, *ibidem*, vol. III, pp. 523-524).**

«Meu presado amigo e senhor major – Hitengo 18 de maio de 1886 – Foi-me á mão o seu favor pelo meu primo Xa Cumba datado de 6 de abril do corrente anno. Sou a dizer que pelo seu conteúdo não respondo nada porque o meu desejo é que o senhor major chegue aqui pessoalmente junto com um quilolo do Muatiânvua<sup>61</sup> meu parente para fallarmos bem, embora a sua Expedição fique lá com o Muatiânvua pois o que me importa é fallar com o senhor representante de Muene Puto nosso amo, protector e senhor de todas estas terras e dar-lhe bons conselhos com respeito ao meu parente Muatianvua, visto resolver-se a ir tomar posse do logar para que o chamaram os quilolos da Mussumba.

Aqui me achou o seu amigo Xa Cumba com um recado imbocal sobre a faca<sup>62</sup> do Muatiânvua Xanama que Muene Puto quer para acabar com as intrigas de Lundas e Quiocos e eu não tenho querido dal-a e se a entreguei agora a rogo de meu primo Xa Cumba é só para que o senhor major fique sabendo quanto nós os Quiocos respeitamos e estimamos a Muene Puto.

<sup>60</sup> Ver CARVALHO 1890-1894, *op.cit.*, vol. III, pp. 473, 517 (chefe principal dos Cokwe entre os rios Chicapa e Luembe), 798 (Quissengue, que se fez intitular de Majestade, assina de cruz).

<sup>61</sup> O Mwant Yav eleito Xa Madiamba *alias* Quibuinza Ianvo, herdeiro potencial do título de Mwant Yav, que em 1870 ou 1871 fugira da Mussumba devido a intrigas de corte e fôra para o exílio, e que agora deveria tomar posse como Mwant Yav. O parentesco alegado nesta carta, entre Quissengue e Xa Madiamba, é fictício e assenta numa linguagem de parentesco baseada em tradições orais, comum às elites lunda e cokwe.

<sup>62</sup> Trata-se da grande faca cerimonial e de guerra *mucuali*, dos Lunda, que o Mwant Yav Noéji Ambumba, conhecido por Xanama (1874-1883) tinha dado aos Cokwe como garantia e compensação pelo serviço de lhe matarem os seus inimigos lunda. O resgate da faca e a consequente reconciliação oficial entre Lunda e Cokwe só foram possíveis graças à intervenção de Carvalho. Ver CARVALHO *ibidem*, vol. III, *passim*.

*Devo advertil-o porêm, que todos os Lundas sabem que as facas em meu poder eram duas, uma para matar o meu parente Xa Madiamba que é a que leva meu primo, pois sou amigo e não quero os Quiocos abusem d'isso no caminho para os fecharem á marcha do meu parente e amigo.*

*Se o senhor major não pode vir aqui, não tem nada, para ahi vou fazer partir meu irmão Xa Cazanga e segundo o que conversar com elle irei ao seu encontro no Luembe para fallarmos muito bem sobre a outra faca e acabar todas as questões para o seu amigo Muatiânvua, elle poder herdar e não haver mais mal nenhum.*

*Sem alteração para mais. Desejo ao senhor major ter saude e em geral o mesmo á sua comitiva. Enquanto eu, vou indo sem novidade. Sou como amigo. Do senhor obrigado e acabo. Sua Magestade Quissengue. – N.B.E', favor mandar-me uma arma de revólvo, é uma graça que lhe agradece muito seu amigo Quissengue».*

**9) Pós-escrito de uma carta de Mona Mahóca<sup>63</sup> a Henrique Dias de Carvalho, escrita por um Ambaquista ou um dos seus discípulos e assinado por Sua Magestade Mahoca, s.d. [1886] (Carvalho, *ibidem*, vol. III, p. 529).**

*«NB – Eu aqui no sitio sô superior de todos os potentados e o Quissengue é meu sobrinho no sitio. Escrevo ao meu amigo para seu contento. O primeiro Quissengue queria guerras com Quimbundo ou o matal-o depois, que eu fiz-lhe voltar, não podia mais lá chegar, por saber que eu sô tio fez-lhe voltar. Vejo que o amigo conhece potentado Quissengue, e não a mim, por isso lhe aviso para ficar na certeza. Desejo-lhe saude e paz a sua comitiva toda. Espero o amigo mande-me algumas polletas<sup>64</sup> para arma o favor, lhe serei muito obrigado, disponha etc. 2.º NB. – Terá v. a bondade de mandar pelo meu filho Xa Cumba 1 arma portugueza de mais de 2 canos, sendo revólver, melhor, mais obrigado e summamente grato lhe ficarei eu que sô seu amigo – Rei Mahoca».*

<sup>63</sup> Pai do potentado cokwe, Muanangana Xa Cumba, um «sobrinho» do poderoso chefe cokwe Quissengue, que vivia a sul de Hitengo, a residência deste. Ver CARVALHO, *ibidem*, vol. III: pp. 154, 414, 896.

<sup>64</sup> «Espoletas».

**10) Carta ofício do lunda Muene Luhanda Mutombo («prande potentado» dos Lunda junto ao Chiumbe<sup>65</sup>) ao Mwant Yav eleito Xa Madiamba alias Quibuinza Ianvo, escrita por seu secretário, um Ambaquista ou discípulo de ambaquistas, de 2.6.1886 (Carvalho, *ibidem*, vol. III, p. 557).**

«Sitio de Mona Luhanda 2 de junho de 1886. – Senhor Muatiânvua Xa Madiamba.

Fui intimado hoje por Vossa Embaixada para me apresentar no Chibango com os meus quilolos sem demora, o que devia cumprir, porém, existe uma complicação não ir junto á Embaixada, pelos Quiocos de cima protesta logo que tenha notícia que estou seguindo para baixo, aproveita a occasião fazer o bínji<sup>66</sup> nestas terras, por isso esperavamos que o nosso Muatiânvua, pae e bom amigo, subisse o Rúqui ou o Cassai, a bem de juntar ahi todos os quilolos de cima pelo menos, o que acontece e o que está para acontecer terá noticia, para ter tempo de acudir aos seus povos que ficam esperando guerra dos Quiocos do sul e contra mim está sério. Todavia os povos estão suspirando a sua chegada para os tirar da escravidão, precisar buscar os prisioneiros que choram liberdade d’elles. a maior parte filhos e filhas do Muatiânvua. e mulheres do mesmo acima contudo todavia, aquillo que resolve o meu Muatiânvua, duvida nenhuma devo ter, de me apresentar com os meus quilolos, que todos sômos seus escravos e vamos para os seu encontro e acampamento. Nesta data remetto ao meu Muatiânvua pelo velho Calenga, bom amigo, dous ribertos a ser uma moleca e um muleque e tambem um muleque a ex:<sup>mo</sup> sr. major e um dito a Lucuoquexe do Muatiânvua que são quatro. Sem mais disponha do vosso cativo, que é um nada ao pé do Muatiânvua – (a) Mutombo á Capenda Mona Luhanda».

**11) Carta de Manuel Correia da Rocha da colónia ambaquista de Luambata, na Mussumba, a Henrique Dias de Carvalho, de 18.5.1886 (CARVALHO, *ibidem*, vol. III, p. 559).**

«Sr. major Henrique de Carvalho – Recebi o seu officio e respondo mandando-lhe dizer, que o Canapumba, Muítia, Muári Muíxi, Lucuóquexe e grande Calala, mandam dizer ao ... sr., que diga ao nosso amigo Muatiânvua que faça a brevidade de vir muito cedo; estamos chorando a elle ha muito tempo; o Mutanda Mucanza, irmão do Muatiânvua, que assumiu interinamente a direcção dos negocios e recolheu os parentes que se lhe apresentam para serem entregues ao Muatiânvua, tambem ancioso espera a elle e remette para o ... sr., uma ponta de marfim e dois muleques, a outra é para o Xa Madiamba de mussapo (sinal de respeito).

Emquanto tudo, está aqui; o que querem é a vinda d’elle com brevidade, que nada de muita demora mais no caminho, que todos andam chorando por elle, nada mais, que nada mais offe-

<sup>65</sup> Ver CARVALHO, *ibidem*, vol. III, pp. 380-381, 910.

<sup>66</sup> CARVALHO, *ibidem*, vol. III, p. 404: «fazer o binji, era equivalente ás gazzivas, roubos de gente, ou caça de pessoas».

*recem dizer ao ... sr., o mais e a perfeita saude em companhia da sua comitiva, enquanto nós aqui estamos ás suas ordens por sermos do ... sr., qiololos do Muatiânvoa, o Muítia, Canapumba, Lucuóquexe, Calala, Muári Muíxi e todos mais, e o mesmo escrevente muito seu attencioso vr. e creado Manuel Correia da Rocha».*

**12) Carta do carregador Xavier Domingos Paschoal a Henrique Dias de Carvalho, s.d. [Primavera de 1888] (CARVALHO, *ibidem*, vol. IV, p. 723).**

*«Meu bom patrão. – Desejo-lhe saude. Por este meio venho sollicitar a V. uma fineza que desejo vel a realisada. Como vim a esta cidade<sup>67</sup> em acompanhamento de V., no seu regreço a esta, e como não sou filho d’esta terra e por não me agradar esta terra, não quero ficar, quero regraçar-me á minha patria, portanto venho por meio d’esta minha catinha, pedir o favor de me passar um escripto do meu bom comportamento durante a longa viagem que fizemos para ir á Mussumba e para chegar a esta cidade, que parece não tinha fim, qual é o meu mau procedimento que procedi na viagem, se assim V. patrão assim julgar, outro sim passar-me uma carta para minha segurança, que quando eu chegar á minha terra não me acontecer nada, porque eu em chegando lá, quero fabricar minha cubata em ordem no caminho do negocio junto á minha familia, para quando vier qualquer auctoridade do Rei como o patrão receber-la em boa harmonia, eu sou preto mas com o coração de branco. A terra que eu quero fabricar lá no caminho é o Camau, onde o meu patrão com o seu Angananzambi cortou o fogo no acampamento<sup>68</sup>, onde todos iamos ficando assados, portanto peço a V. este obsequio e favor para o meu governo. – Sou com toda a estima de V. Att.<sup>or</sup> V.<sup>o</sup> Obr.<sup>o</sup> Cr.<sup>o</sup> Servo que pede a resposta (ass.) Xavier Domingos Paschoal. – NB. Não se esqueça de me dar uma bandeira do nosso Rei para a cubata».*

<sup>67</sup> Luanda.

<sup>68</sup> O acampamento da Expedição tinha sido destruído pelo fogo a 9.5.1885. O vale da Camau pertencia aos domínios do chefe Caiavno, súbdito do potentado shinje Capenda-ca-Mulemba.

## Bibliografia

- Verney Lovett CAMERON, 1877, *Quer durch Afrika*, Lúpsia, Brockhaus, 2 vols.
- H[ermenegildo] CAPELO & R[oberto] IVENS, 1881, *De Benguella ás terras de lácça*, Lisboa, Imprensa Nacional, 2 vols.
- Henrique Augusto Dias de CARVALHO (ed.), s.d. [1890], «Álbum de fotografias da Expedição Portuguesa ao Muatianvua», 1884/88 de Manuel Sertorio de Almeida Aguiar (fotografias) e Henrique Augusto Dias de Carvalho (textos), AMNE (Arquivo do Ministério dos Negocios Estrangeiros, Lisboa), Secretaria de Estado, 3º P., A. 7, M. 108.
- Henrique Augusto Dias de CARVALHO, 1890a, *Ethnographia e história tradicional dos povos da Lunda*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Henrique Augusto Dias de CARVALHO, 1890b, *A Lunda ou os Estados do Muatiãrvua, dominios da soberania de Portugal*, Lisboa, Adolpho, Modesto & Ca.
- Henrique Augusto Dias de CARVALHO, 1890-1894, *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiãrvua*, Lisboa, Imprensa Nacional, 4 vols.
- Carlos COUTO, 1972, *Os capitães-mores em Angola no século XVIII*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola.
- Jill DIAS, 1986, «Changing Patterns of Power in the Luanda Hinterland. The Impact of Trade and Colonisation on the Mbundu ca. 1845-1920», *Paideuma*, vol. 32, pp. 285-318.
- Jill DIAS, 1998, «Angola», in Valentim ALEXANDRE e Jill DIAS (eds.), *O Império africano 1825-1890*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 319-556.
- Jill DIAS, 2000, «Esterótipos e realidades sociais: Quem eram os ‘Ambaquistas’?», in *Construindo o passado angolano: As fontes e a sua interpretação*, Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, pp. 597-623.
- Mário FONTINHA, 1983, *Desenhos na areia dos Quiocos do nordeste de Angola*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Manoel Alves de Castro FRANCINA, 1867, «Itinerario de uma jornada de Loanda ao districto de Ambaca, na provincia de Angola», *Annaes do Conselho Ultramarino*, parte não official, vol. I [1854], Lisboa, pp. 3-15.
- (Paul GIEROW), 1881-1883, «Die Schütt'sche Expedition. Bericht des Mitgliebes der Expedition, Herrn Paul Gierow», *Mittheilungen der Afrikanischen Gesellschaft in Deutschland*, vol. III, pp. 96-135.
- Beatrix HEINTZE, 1979, «Der portugiesisch-afrikanische Vasallenvertrag in Angola im 17. Jahrhundert», *Paideuma*, vol. 25, pp. 195-223.
- Beatrix HEINTZE, 1980a, «The Angolan Vassal Tributes of the 17th Century», *Revista de História económica e social*, vol. 6, pp. 57-78.

- Beatrix HEINTZE, 1980b, «Luso-african Feudalism in Angola?», *Revista Portuguesa de História*, vol. 18, pp. 111-131.
- Beatrix HEINTZE, 1983, «Probleme bei der Interpretation von Schriftquellen: Die portugiesischen Richtlinien zur Angola-Politik im 17. Jahrhundert als Beispiel», in Rainer VOSSEN & Ulrike CLAUDI (eds.), *Sprache, Geschichte und Kultur in Afrika*, Hamburgo, Buske, pp. 461-480.
- Beatrix HEINTZE, 1985 (ed.), *Fontes para a história de Angola do século XVII. I. Memórias, relações e outros manuscritos da Colectânea Documental de Fernão de Sousa (1622-1635)*, Estugarda, Steiner.
- Beatrix HEINTZE, 1996, *Studien zur Geschichte Angolas im 16. und 17. Jahrhundert*, Colónia, Köppe.
- Beatrix HEINTZE (ed.), 1999, *Max Buchners Reise nach Zentralafrika 1878-1882. Briefe, Berichte, Studien*, Colónia, Köppe.
- Beatrix HEINTZE, 2002, *Afrikanische Pioniere: Trägerkarawanen im westlichen Zentralafrika (ca. 1850-1890)*, Francoforte do Meno, Lembeck.
- Beatrix HEINTZE, 2003, «Orale Traditionen als Mittel zentralafrikanischer Tagespolitik im 19. Jahrhundert», *Intervenção no workshop Inszenierung von Geschichte*, Francoforte do Meno, manuscrito.
- Beatrix HEINTZE, 2004a, *Pioneiros Africanos: Caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*, Lisboa e Luanda, Caminho e Nzila.
- Beatrix HEINTZE, 2004b, «Between Two Worlds: The Bezerras, a Luso-African Family in Western Central Africa (19th Century)», paper presented at the *Charles Boxer Centenary Conference Creole Societies in the Portuguese and Dutch Colonial Empires*, King's College, Londres, 9 de Setembro de 2004.
- Beatrix HEINTZE, 2004c, «Long-distance Caravans and Communications beyond the Kwango (c. 1850-1890)», in Beatrix HEINTZE & Achim von OPPEN (eds.), *Angola on the Move: Transport Routes, Communications, and History*, [www.zmo.de/angola](http://www.zmo.de/angola).
- Beatrix HEINTZE & Achim von OPPEN (eds.), *Angola on the Move: Transport Routes, Communications, and History*, [www.zmo.de/angola](http://www.zmo.de/angola).
- Jutta LIMBACH, 2005, «Ich liebe unsere Sprache. Englisch ist ein Muß, Deutsch ist ein Plus: Plädoyer für eine aktive Sprachpolitik – in Innern wie im Ausland», *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 8.2.2005.
- David LIVINGSTONE, 1858, *Missionary Travels and Researches in South Africa*, Nova-Iorque, Harper & Brothers.
- David LIVINGSTONE, 1963, *Livingstone's African Journal 1853-1856*, ed. I. Schapera, Londres, Chatto & Windus, 2 vols.
- Ntambwe LUADIA-LUADIA, 1974, «Les Luluwa et le commerce luso-africain (1870-1895)», *Etudes d'Histoire africaine*, vol. 6, pp. 55-104.
- Anton Erwin LUX, 1880, *Von Loanda nach Kimbundu. Ergebnisse der Forschungsreise im äquatorialen West-Afrika (1875-1876)*, Viena, Eduard Hölzel.

- Joseph C. MILLER, 1988, *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade 1730-1830*, Londres, James Currey.
- Joachim John MONTEIRO, 1875, *Angola and the River Congo*, Londres, MacMillan and Co, 2 vols.
- «Noticias de alguns dos districtos de que se compõe esta provincia», 1867, *Annaes do Conselho Ultramarino*, parte não official, Lisboa, vol. II (1859), pp. 81-82; (1860), pp. 83-93, 123-157.
- Alexandre Alberto da Rocha Serpa PINTO, 1881, *Como eu atravessei África do Atlantico ao mar indico, viagem de Benguella á contra-costa. Através regiões desconhecidas; determinações geographicas e estudos ethnographicos*, Londres, Sampson Low, 2 vols.
- Paul POGGE, 1880, *Im Reiche des Muata-Jambo*, Berlim, Reimer.
- Paul POGGE, 1883-1885, «Mittheilungen aus Dr. Paul Pogge's Tagebüchern, bearbeitet von Dr. A. von Danckelman», *Mittheilungen der Afrikanischen Gesellschaft in Deutschland*, vol. IV, pp. 228-264.
- Catarina Madeira SANTOS, 2004, «'Escrever o poder'. Os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre os africanos: o caso dos Ndembu em Angola (séculos XVII-XX)», in Beatrix HEINTZE & Achim von OPPEN (eds.), *Angola on the Move: Transport Routes, Communications, and History*, www.zmo.de/angola.
- Maria Emília Madeira SANTOS, 1997, «A apropriação da escrita pelos Africanos», *Actas do Seminário Encontro de povos e culturas em Angola*, Luanda, 3 a 6 de Abril de 1995, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 351-359.
- Otto H. SCHÜTT, 1881, *Reisen im südwestlichen Becken des Congo. Nach den Tagebüchern und Aufzeichnungen des Reisenden*, editado e trabalhado por Paul Lindenberg, Berlim, Reimer.
- Herman SOYAX, 1878, «Nur ein Neger», *Die Gegenwart*, vol. 13, (10), pp. 152-156.
- Herman SOYAX, 1879, *Aus West-Afrika. 1873-1876. Erlebnisse und Beobachtungen*. Lípsia, F.A. Brockhaus, 2 Theile in einem Band [volume composto por duas partes].
- Ana Paula TAVARES & Catarina Madeira SANTOS, 1998/1999, «Fontes escritas africanas para a história de Angola», *Fontes & Estudos. Revista do Arquivo Histórico Nacional*, vols. 4-5, pp. 87-133.
- Ana Paula TAVARES & Catarina Madeira SANTOS, 2000, «Uma leitura africana das estratégias políticas e jurídicas. Textos dos e para os dembos, Angola c. 1869-1920», in Maria Emília Madeira SANTOS (ed.), *A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885 - c. 1930). III Reunião Internacional de História de África – Actas*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 243-260.
- Ana Paula TAVARES & Catarina Madeira SANTOS, 2002 (eds.), *Africae monumenta – A apropriação da escrita pelos Africanos. Arquivo Caculo Cachenda*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- John K. THORNTON, 1987, «The Correspondence of the Kongo Kings, 1614-35:

Problems of Internal Written Evidence on a Central African Kingdom», *Paideuma*, vol. 33, pp. 407-421.

Jan VANSINA, 2001, «Portuguese vs Kimbundu: Language Use in the Colony of Angola (1575 - c. 1845)», *Bulletin des Séances de l'Académie royale des Sciences d'Outre-Mer*, vol. 47, (3), pp. 267-281.

Jean-Luc VELLUT, 1972, «Notes sur le Lunda et la frontière luso-africaine (1700-1900)», *Etudes d'Histoire africaine*, vol. 3, pp. 61-166.

Hermann von WISSMANN, 1892, *Unter deutscher Flagge quer durch Afrika von West nach Ost*. Berlin (1889). Nach der siebenten Auflage des großen Werkes vom Verfasser selbst bearbeitete kleinere Ausgabe, Berlin, Walther & Apolants Verlagsbuchhandlung.

Hermann von WISSMANN, Ludwig WOLF, Curt von FRANÇOIS & Hans MÜLLER, 1891, *Im Innern Afrikas. Die Erforschung des Kassai während der Jahre 1883, 1884 und 1885*. Lipsia, F.A. Brockhaus.